

RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.082 - SE (2019/0133961-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : JOSE ROBERTO VIEIRA DE ANDRADE
ADVOGADO : ERICA PALMEIRA COSTA - SE005191
RECORRIDO : JOSÉ TADEU DE MELO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, com amparo no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado, na parte que interessa:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. DESENVOLVIMENTO CLANDESTINO DE ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES (ART. 183 DA LEI Nº 9.472/97). PENA – DETENÇÃO DE DOIS A QUATRO ANOS, AUMENTADA DA METADE SE HOUVER DANO E MULTA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). EXTENSÃO: A QUEM, DIRETA OU INDIRETAMENTE CONCORRER PARA O CRIME. ATIDADE CLANDESTINA. CONCEITO (ART. 183. PARÁGRAFO ÚNICO) “Parágrafo único. Considera-se clandestina a atividade desenvolvida sem a competente concessão, permissão ou autorização de serviço, de uso de radiofrequência e de exploração de satélite”. CRIME DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA (ART. 185).

I - Apelação interposta à Sentença proferida nos autos de Ação Criminal, que absolveu os Réus, por Atipicidade da Conduta, da imputação de que promoviam, de forma clandestina, atividade de telecomunicação (sinal de internet via cabo), sem qualquer autorização da ANATEL (art. 183 da Lei nº 9.472/97), nos termos do art. 386, III, do CPP. “Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: III - não constituir o fato infração penal”.

II - A atividade de Provedor de Acesso à Internet, via Radiofrequência, constitui Serviço de Valor Adicionado previsto no artigo 61, §1º, da Lei nº 9.472/1997, que não se configura Serviço de Telecomunicações e independe de Autorização, Permissão ou Concessão, razão pela qual não se caracteriza a Tipicidade Criminal, conforme a orientação das 1ª, 2ª e 4ª Turmas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região sobre a matéria. “Art. 61. Serviço de valor adicionado é a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações. § 1º Serviço de valor adicionado não constitui serviço de telecomunicações, classificando-se seu provedor como usuário do serviço de telecomunicações que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição”,

III - Desprovemento da Apelação. " (e-STJ, fl. 245).

Nas razões recursais, a acusação sustenta, além da existência de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 183 da Lei 9.472/97.

Aduz, em síntese, que o crime em questão "se trata de delito formal, de perigo abstrato e coletivo, o qual se consuma com o desenvolvimento clandestino de atividade de telecomunicação, sem autorização do órgão Competente, valendo ressaltar que o bem jurídico tutelado na hipótese dos autos é a segurança dos meios de comunicação, prevenindo-se danos potenciais aos sistemas de navegação aérea e marítima" (e-STJ, fl. 256).

Alega, ainda, que "a transmissão de sinal de *internet* via rádio não se constitui em um serviço de valor adicionado, mas sim um serviço de telecomunicação, qual seja, o serviço de comunicação multimídia, de tal sorte que resta caracterizada a exploração de um serviço de telecomunicação" (e-STJ, fl. 256).

Sustenta que "resta evidente que a prestação de tal serviço depende de prévia autorização da ANATEL, a qual não foi obtida pelos Recorridos, de sorte a caracterizar a clandestinidade da operação por eles realizada" (e-STJ, fl. 258).

Requer a reforma do acórdão recorrido.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 281-292).

Admitido o recurso (e-STJ, fl. 293), subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 385-387).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal merece provimento.

O recorrido, segundo consta do acórdão, explorava o Serviço de Comunicação Multimídia sem autorização, utilizando equipamento de radiação na faixa 5.8 MHz de conexão com a "Glinfo".

Sobre o tema, este Superior Tribunal firmou o entendimento de que "a transmissão de sinal de *internet* via rádio, sem autorização da ANATEL, caracteriza o fato típico previsto no artigo 183 da Lei n. 9.472/1997, ainda que se trate de serviço de valor adicionado de que cuida o artigo 61, § 1º, da mesma lei" (AgRg no REsp 1.566.462/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/3/2016, DJe 28/3/2016).

No mesmo sentido:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATIVIDADE CLANDESTINA DE TELECOMUNICAÇÃO. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA. TRANSMISSÃO DE SINAL DE INTERNET VIA RÁDIO. SERVIÇO DE VALOR ADICIONADO. TIPICIDADE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DELITO FORMAL E ABSTRATO. INÚMEROS PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça de que a prática de serviço de radiodifusão clandestina, mesmo que de baixa potência e sem a obrigatoriedade de autorização por parte do órgão regulador, como na hipótese de serviço de valor adicionado (SVA),

constitui delito formal de perigo abstrato, o que afasta o reconhecimento da atipicidade material da conduta pela aplicação do princípio da insignificância. Precedentes de ambas as Turmas da Terceira Seção.

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1.126.265/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 21/11/2017);

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. 1. CRIME DE TELECOMUNICAÇÕES. RETRANSMISSÃO DE SINAL DE *INTERNET* VIA RÁDIO. SERVIÇO DE VALOR ADICIONADO. CLASSIFICAÇÃO QUE NÃO RETIRA A NATUREZA DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO. 2. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. DESNECESSIDADE DE PREJUÍZO CONCRETO. INVIABILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. 3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É pacífico no Superior Tribunal de Justiça o entendimento no sentido de que a transmissão clandestina de sinal de *internet*, via radiofrequência, sem autorização da Agência Nacional de Telecomunicações, caracteriza, em tese, o delito previsto no artigo 183 da Lei n. 9.472/1997. Não há se falar em atipicidade do delito pela previsão de que se trata de serviço de valor adicionado, uma vez que referida característica não exclui sua natureza de efetivo serviço de telecomunicação.

2. Prevalece no Superior Tribunal de Justiça o entendimento no sentido de não ser possível a incidência do princípio da insignificância nos casos de prática do delito descrito no art. 183 da Lei n. 9.472/1997. Isso porque se considera que a instalação de estação clandestina de radiofrequência, sem autorização dos órgãos e entes com atribuições para tanto, já é, por si, suficiente para comprometer a segurança, a regularidade e a operabilidade do sistema de telecomunicações do país, não podendo, portanto, ser vista como uma lesão inexpressiva.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no RHC 33.399/PB, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 4/2/2016, DJe 15/2/2016.)

Anote-se, ainda, ser despicienda a análise da potencialidade lesiva do equipamento utilizado nas emissões clandestinas. Isto porque "a prática de serviço de radiodifusão clandestina, mesmo que de baixa potência e sem a obrigatoriedade de autorização por parte do órgão regulador, como na hipótese de serviço de valor adicionado (SVA), constitui delito formal de perigo abstrato, o que afasta o reconhecimento da atipicidade material da conduta pela aplicação do princípio da insignificância" (AgRg no REsp 1.555.092/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe de 2/2/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial e determino o prosseguimento da ação penal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

